

Entre narrativas e verdades sem fim

Cibele Mariano Vaz de Macêdo

Regina Gloria Nunes Andradeⁱⁱ

Resumo

Este artigo reflete sobre o caráter paradoxal das narrativas, ao propor a aceitação da realidade enquanto um mosaico, que contém pedaços diferentes, mas que reunidos, formam um todo minimamente harmônico. Busca reconhecer que as narrativas delineiam o campo das possibilidades expressivas e seu conteúdo refere-se ao que os sujeitos sabem ou imaginam sobre o passado e o sentido dado no presente.

Palavras-chave: História. Memória. Narrativas. Subjetividade. Paradoxo.

Abstract

This article reflects on the paradoxical nature of narratives, it proposes the acceptance of reality as a mosaic, containing different pieces, which together make a minimally harmonious whole. We seek to recognize that narratives may determine a field of expressive possibilities and its content refers to what each individual knows or thinks about the past and its meaning in the present.

Keywords: History. Memory. Narratives. Subjectivity. Paradox.

Introdução

Começamos este artigo narrando uma história que inspirou reflexões que estão aqui presentes. Aconteceu há quase 10 anos, um colega, que chamarei de André, sempre narrava suas dificuldades de relacionamento com a esposa, Elaine, também um pseudônimo, uma mulher que não conseguia sair de uma depressão longa e profunda. André dizia que fazia tudo para que a mulher melhorasse: lavava, passava, cozinhava, levava as crianças à escola, ao curso de inglês, trabalhava, pagava as contas, fazia psicoterapia, levava o café da manhã na cama para que Elaine não precisasse se preocupar com mais nada além de sua saúde e, assim, poder melhorar, mas nada parecia ajudar, e Elaine nunca melhorava.

Os relatos de André eram sempre acompanhados dos comentários de outras colegas que diziam: “meu sonho é ter um André na minha vida”, “queria ser a Elaine”, “se fosse comigo eu daria mais valor”, “um marido tão dedicado merecia uma mulher que reconhecesse seus esforços” ou “ela não merece o marido que tem”.

Alguns anos depois, em outro contexto, tivemos oportunidade de conhecer Elaine. Em pouco tempo de contato, ele me disse: “você conhece meu marido, o

André”, e não demorou a contar a sua história, a mesma história narrada por André, mas completamente diferente.

Elaine dizia que sempre foi uma pessoa triste, que não se lembrava de nenhuma gargalhada que houvesse dado ou de um momento que se sentiu realmente feliz, nem na formatura, no casamento ou no nascimento dos filhos. Demorou a procurar ajuda e quando o fez iniciou o tratamento medicamentoso e psicoterápico com o diagnóstico de depressão. A partir de então, oscilava melhoras e recaídas, naquele momento vivenciava uma melhora, conseguia trabalhar. Mas o que mais a fazia sofrer e piorar seu estado depressivo era o fato de seu marido fazer tudo, ela dizia: “O André faz tudo, lava, passa, cozinha, leva as crianças à escola, ao curso de inglês, trabalha, paga as contas, faz psicoterapia, leva o café da manhã na cama. E quanto mais ele faz tudo, mais eu pioro, porque me sinto inútil e incapaz de fazer qualquer coisa”.

Entre essas duas narrativas surgiu uma situação de conflito: em quem acreditar? Quem falava a verdade? André, o marido dedicado e devotado ao bem da esposa ou Elaine, a esposa deprimida e subjugada pela falta de espaço para assumir o papel de esposa, mãe e dona de casa? Esse episódio faz com que nos deparemos com o paradoxo da verdade, com a subjetividade da verdade, pois, provavelmente, os dois falavam a verdade.

Narrativa e subjetividade

Diante do fato: marido dedicado e mulher deprimida, cada um deles significou de uma forma completamente diferente. Desse modo, Amado (2003) afirma que “o caráter simbólico marca profundamente a narrativa” (p. 30). Na narrativa, tal caráter unifica história, memória e imaginação, o que faz com que a narrativa tenha um eixo condutor e uma lógica simbólica, que permite compreender, não os fatos, mas os diversos significados que os sujeitos atribuem às suas experiências. Assim, Portelli (1997a) acredita que as narrativas podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas, entretanto nunca serão exatamente iguais, do mesmo modo que não são as impressões digitais ou as vozes de dois sujeitos.

Portelli (1996) destaca a importância da subjetividade presente nas narrativas. Para o autor, mais relevante do que a objetividade do fato, é a forma como o sujeito

o vivencia e o interpreta. Acreditar em uma narrativa objetiva, fiel aos fatos, significa negar que a narração de um fato supõe uma interpretação, uma atribuição de significado à própria experiência. A narrativa é, por si mesma, um ato interpretativo, no qual se dá o processo de transformação e de constituição de novas maneiras de se subjetivar.

O ato de narrar propicia ao sujeito entrar em contato com a sua subjetividade. Para Portelli (1996), a subjetividade, o processo por meio do qual o sujeito constrói e atribui o significado à própria experiência e identidade, funda por si mesma o argumento, o fim mesmo da narrativa. O autor acredita ainda que, nenhum sujeito que decida escrever sua autobiografia ou esteja de acordo em responder a uma entrevista, aceitará reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que fiquem a disposição para que outros filosofem sobre eles. O que se deve ao fato da filosofia ficar implícita aos fatos e, principalmente pela motivação para narrar consistir em expressar o significado da experiência através dos fatos. Recordar e contar já é interpretar, como foi dito anteriormente.

Portelli (1996) descreve a história de um escravo com o intuito de exemplificar a má interpretação dada às narrativas:

Frederick Douglass, escravo nascido em Maryland em 1817, conseguiu fugir com a idade de vinte anos e se envolveu com o movimento contra a escravidão, chegando a ser um orador muito solicitado pela eloquência com que narrava suas próprias experiências como escravo. Na forma tão atraente que ele tinha de contar de viva voz a história de sua vida, os dirigentes brancos do movimento abolicionistas viram um testemunho vivo contra a escravidão; e, para torná-lo ainda mais convincente, insistiam na necessidade de que sua exposição se limitasse à dimensão objetiva, concreta, factual: 'dá-nos os fatos', lhe diziam, 'e deixe que nós filosofemos' (p. 59).

Estabelecer uma distinção entre os fatos, dos quais o escravo era depositário, e a filosofia, reservada a seus patrocinadores brancos e instruídos representa tanto a ilusão acerca da narrativa ser uma tomada de consciência imediata, autêntica e fiel à experiência histórica, quanto à ambígua utopia da objetividade, que acredita na objetividade da fonte, assim como na objetividade do cientista neutro e asséptico.

Sendo assim, a subjetividade constitui a história tanto quanto os fatos mais evidentes. O que o sujeito narra é na verdade um fato histórico, tanto como aquilo que realmente aconteceu (PORTELLI, 1997b). Portanto, excluir a subjetividade como se fosse apenas uma enfadonha interferência na objetividade factual da narrativa significa perverter o significado próprio dos fatos narrados.

Negar a subjetividade presente na narrativa constitui negar uma característica indefectível do sujeito. Sendo tarefa de quem ouve, quer seja psicólogo, historiador, jornalista ou biógrafo, distinguir as regras e os procedimentos que possibilitem compreender e utilizar as narrativas subjetivas (PORTELLI, 1996).

Mais do que o fato, reconhece-se a importância das representações da experiência vivida, da significação entre o atual e o passado. Como ocorre na prática psicoterápica onde o importante é o significado que o cliente dá ao fato, não sendo relevante comprovar a sua veracidade. Como exemplificado no relato de Portelli (1996):

O antropólogo James Clifford conta, na introdução de seu livro Writing Culture, a história do índio canadense Cree que foi chamado a prestar um depoimento perante um tribunal; quando lhe foi pedido que jurasse dizer toda a verdade, a testemunha respondeu: 'Não sei se posso dizer a verdade... posso apenas dizer o que sei'. Do mesmo modo, no romance moderno, desde Conrad e James em diante, a autoridade narrativa já não se baseia na ficção impossível de um narrador onisciente acima do desenvolvimento dos fatos, mas na experiência limitada e ainda concreta de um narrador parcial imerso em seu interior [...] os fatos importantes são os que se desenvolvem dentro da consciência: não são os fatos vistos, mas o processo de visão, interpretação e, em consequência, de mudança (p.59).

O índio Cree não pode dizer nada além do que sabe, lembra ou acredita recordar e, para Portelli (1996), é justamente aí que reside sua autoridade narrativa, no caráter limitado de seu ponto de vista. Todo sujeito é “um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados” (PORTELLI, 1997a, p. 17). Dessa forma a realidade é mais bem representada por um mosaico ou colcha de retalhos, que contém pedaços diferentes, mas que reunidos, formam um todo minimamente harmônico.

Na verdade, não se pode ter certeza dos fatos, mas pode-se ter a certeza do texto: quem narra, pode não narrar um evento conforme ele, verdadeiramente aconteceu, mas o faz de modo verdadeiro. O que para Portelli (1996), torna a narrativa um fato, dados relativamente objetivos passíveis de serem considerados e examinados por meio de técnicas e métodos elaborados por disciplinas como a linguística, a narrativa ou a teoria da literatura. Havendo habilidade para lidar com ela, a subjetividade da narrativa passa de interferência a uma rica contribuição cognitiva. Pois é através da memória dos fatos (reais ou imaginados) do passado, que o sujeito dá sentido ao seu presente.

De tal modo, o texto resulta de expressões subjetivas, assim como, de estruturas do discurso socialmente definidas e aceitas, por isso, ele funde o individual e o social, com expressões subjetivas e práxis objetivas articuladas de maneira diferente e que possuem mobilidade em toda narrativa. Para Amado (2003), a cultura fornece os sistemas simbólicos para os sujeitos e grupos conferirem significado às suas experiências. Esses sistemas são entendidos como uma espécie de reservatório, os quais fornecem recursos simbólicos para a construção das visões de mundo. Trata-se de um esquema que permeia a percepção, a representação, a ação e permanece inscrito na atividade expressiva e reflexiva do informante. É a memória herdada para Pollack (1989) e o habitus para Bourdieu (1996). Sendo a narrativa uma dessas ferramentas.

A transmutação da verdade

Amado (2003) utilizou a história oral para recuperar a história do movimento de resistência a grilagem de terra conhecido como a Guerra de Formoso e Trombas, ocorrido em Goiás, na década de 1950, e encontrou um conjunto de inverdades e inconsistências no depoimento do seu principal informante, um participante da guerra. No entanto, anos mais tarde, ao reexaminar o material, a autora percebeu grande semelhança com D. Quixote, obra de Cervantes. Para fundamentar sua reflexão sobre a narrativa ela utilizou as categorias de memória, história e narrativa considerando-as nas suas articulações com os grupos e as dinâmicas culturais da região.

Os primeiros questionamentos que Amado (2003) fez foram em relação a: como considerar um depoimento aparentemente inverídico de um informante qualificado? Como compreender as relações entre uma revolta camponesa ocorrida no Brasil em meados do século XX e uma novela erudita publicada na Espanha 300 anos antes que são articuladas em uma narrativa única? E tenta respondê-las da seguinte forma:

No relato de Fernandes, a 'memória herdada' das antigas gerações de Goiás pinçou para o presente o 'homem de ontem', o Quixote, transmutado das tradições ibéricas para as tradições goianas – e com tal força e nitidez, que denunciou a presença de esquemas inconscientes de percepção, representação e ação já inscritos no corpo, na mente, na fala, nos gestos, no riso de Fernandes. Por essa linha de interpretação, Fernandes não apenas não mentiu, em seu relato, como se mostrou profundamente verdadeiro, ao recorrer a códigos

mentais, psicológicos e corporais inscritos no seu íntimo (AMADO, 2003, p. 33).

Uma narrativa influenciada pela memória social da época e singularizada pela forma como foram selecionados e articulados os eventos, assim como pelo estilo da narrativa possui uma dimensão simbólica que lhe permite desprender do concreto e ganhar autonomia, transitar entre os diferentes tempos, reelaborar a história relacionando-a com outros elementos, emprestando outros significados, fazendo surgir outra história. A autora conclui:

Mas segundo a concepção aqui adotada – que relaciona a vivência e as memórias de um ser humano com seu tempo, com o anterior e com o futuro, associando, em vários níveis e de vários modos, real e simbólico, história e memória e imaginação, tradição e invenção, ficção e história –, é possível oferecer uma resposta para o enigma de como o Cavaleiro da Triste Figura, montado em seu cavalo Rocinante, atravessou oceanos para lutar contra moínhos de vento nos longínquos sertões de Goiás (AMADO, 2003, p. 33).

De forma semelhante, Coutinho (1997), “admitindo-se que se possa existir uma verdade” (p. 167), destaca a importância da “verdade da filmagem” em detrimento da “filmagem da verdade”. “A verdade da filmagem significa revelar em que situação, em que momento ela se dá, todo o aleatório que pode acontecer nela [...] desde a presença da câmera, do diretor, do técnico de som, até a coisa sonora da troca de palavras, incluindo incidentes que aparecem” (p. 167). Para ele, como não se está fazendo ciência, e sim cinema, é mais fácil assumir e aceitar o campo imaginário e subjetivo.

Pena (2004) também discute a temática, fazendo referência à prática do jornalista que, para ele, é “um fingidor. Diferente do poeta, ele acredita no compromisso com a realidade, embora estejam ao seu alcance os elementos para perceber que o máximo que pode oferecer é um efeito de real” (p. 15). O autor ainda questiona a possibilidade de construção de histórias coerentes e estáveis em um mundo no qual “a realidade se apresenta em formas múltiplas e desconexas, deixando clara a sua complexidade?” (p. 16).

Outro autor que questiona a construção de verdades lineares é Bourdieu (1996), sua reflexão parte de diversas “distorções” encontradas no processo de construção de biografias e autobiografias, pois considera que as metodologias frequentemente utilizadas incitam ao que ele denominou de “ilusão biográfica” – as ilusões que podem ser criadas, tanto pelo biógrafo quanto pelo biografado quando

buscam um relato que leva a uma linearidade longitudinal, que objetiva dar um sentido lógico à trajetória do sujeito. De acordo com o autor, é uma contradição “tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que ao a associação a um ‘sujeito’, cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio” (p. 189).

Bourdieu (1996) questiona ainda o conceito de história de vida, alegando que este remete a uma ideia de trajetória linear e lógica; uma sucessão de fatos com causas e efeitos, início e fim, promovendo indiretamente a ideia de que a vida é uma história. Ressaltando assim, a necessidade de romper com este conceito já que a trajetória de vida “real” é descontínua, aleatória, imprevisível e formada de elementos justapostos.

Nesse mesmo sentido, Bosi (2003) durante todo o texto, *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*, se movimenta entre fatos, ideias, teses, antíteses e sínteses. Já no primeiro parágrafo protesta contra a história estudada nas escolas que afasta a crônica cotidiana, os comportamentos singulares, os pontos de vistas destoantes, as discontinuidades, que historicamente ficaram a cargo dos cronistas, relegados “a um gênero literário menor” (p. 14) e que são fundamentais para a Psicologia Social. Enquanto, na história oficial entra apenas uma versão e não há espaço para a diversidade.

Quando as grandes teorias entram em crise, entra em crise também o sentido de História Política e um “oceano de pequenas estórias tomará seu lugar” (BOSI, 2003, p.14). A memória oral revela-se de grande valor na construção da crônica do cotidiano, na qual as minorias tomam a palavra. A maior riqueza da memória oral é o de fazer “intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles” (p. 15). Embora corra o risco de cair na “ideologização”, já que a memória é afetada pela interpretação dominante em um grupo social. A autora, então, propõe uma Psicologia “como um conhecimento de vir-a-ser, tendo como objeto o tempo vivido” (p. 41). Proposição que também poderia ser feita a historiadores, antropólogos ou biógrafos no exercício de suas práticas.

Um relato de Portelli narrado por Rodrigues (2005) ilustra a transmutação da verdade. Entre 1972-1973 um cantor popular levou Portelli à cidade de Terni para que ele conhecesse o ex-operário siderúrgico e militante radical, Dante Bartolini. Foi ele quem contou à Portelli pela primeira vez a “história errada” de Luigi Trastulli, mas logo muitas outras narrativas cometiam o mesmo erro.

Trastulli foi, de acordo com jornais da época, um jovem operário, morto em um confronto com a polícia, em 17/03/1949, os operários protestavam contra a assinatura do Tratado do Atlântico Norte pelo governo italiano. A morte do jovem operário foi seguida por uma infinidade de lendas e reconstruções imaginárias apresentadas por seus ex-companheiros. O “erro” mais comum e mais significativo também diz respeito à mudança da data e do contexto do evento em que ocorreu a morte de Trastulli, da concentração anti-OTAN em 1949 para as lutas contra a demissão de trabalhadores da siderurgia em 1953. Um “erro” frequente demais para poder ser explicado apenas por falhas na memória individual de cada operário.

Há aqueles autores que tentam “escapar” da subjetividade das narrativas baseando-se apenas em documentos, mas eles parecem esquecer que os documentos foram feitos por subjetividades, por sujeitos que representavam um lado da história, na maioria das vezes o do poder instituído. O que dizer das pinturas de Pedro Américo, do enforcamento de Tiradentes e da independência ou morte, há outros registros que dão conta de que esses acontecimentos não foram exatamente como foram pintados. Tantos outros exemplos podem ser citados, o registro da ditadura militar feito pelos militares que relatam uma revolução por independência e progresso. Ou os registros da II Guerra feitos pelos nazistas ou pelos judeus. Há contradições, porque há subjetividades narradas, entretanto nenhum deles falta com a “verdade”.

Pela pretensão em ser “verdade”, “baseado em documentos” alguns autores cometem falhas que beiram a farsa, como o livro de Kaiser (2005) que pretende ser a transcrição do diário da Imperatriz Leopoldina, escrito entre 1º de dezembro de 1814 a 5 de novembro de 1817, embora não apresente claramente as fontes, ainda há um glossário, onde há a identificação dos personagens, um deles “Rosi, a lavadeira, uma relação fictícia” (p. 95). Não há como negar que seja uma narrativa subjetiva.

Fonseca (1994) encontra uma forma interessante de “escapar” dessa armadilha. No livro *O selvagem da ópera*, ele se propõe a escrever um roteiro para um filme sobre a vida do maestro Carlos Gomes, baseado em documentos, entrevistas e viagens pelos lugares onde o maestro viveu, mas admite: “Todos os personagens existiram, com exceção de apenas quatro no meio de dezenas de nomes citados entre os contemporâneos de Carlos. Todos os fatos são verdadeiros. Algumas lacunas foram preenchidas com a imaginação” (p. 10). Mais adiante Fonseca (1994) encerra a questão:

Já foi dito que 'por mais que possamos estimar as histórias de ficção pelas verdades que revelam, nós as apreciamos ainda mais pelas mentiras que contam'. Dos cineastas exigem lógica, plausibilidade, coerência, ordem. Mas para eles também há momentos em que é preciso inventar, intuir (esprit de finesse e não de géométrie). Tenho falado muito em verdade e fatos neste texto, mas sei que quem comanda a percepção é a imaginação; fazemos uso falso do nossos sentidos e todo fato é uma interpretação subjetiva (mentirosa?) daquilo que observamos (p. 100).

Outra forma encontrada para lidar com as narrativas subjetivadas é apresentada por Pena (2004), que para fugir do modelo diacrônico, propõe a construção do discurso biográfico a partir da teoria da biografia sem fim, dividida em fractais sem uma ordem cronológica e, na qual lacuna e infinitude se constituem enquanto referenciais teóricos. Desse modo, a biografia consegue refletir as múltiplas identidades do biografado, sem que haja um cruzamento de dados para verificação da veracidade do que é narrado.

Na tentativa de encerrar a contradição entre fato e narrativa, Portelli (1997a) sugere que se faça o reconhecimento do pluralismo e das múltiplas abordagens da verdade e conclui:

A objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em sumularmos uma neutralidade que é tanto impossível quanto indesejável. Essa objetividade consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais (PORTELLI, 1997a, p. 26).

Reflexões finais

As narrativas nos oferecem possibilidades que constroem uma subjetividade socialmente partilhada. Elas abrem e delineiam o campo das possibilidades expressivas, e é nisso que se encontra a representatividade das narrativas. O conteúdo das narrativas desenha o que os sujeitos sabem ou imaginam ter acontecido.

Um narrador onisciente possibilita apenas uma única e acertada visão dos fatos. Mas não há um sujeito unificado, as narrativas são construídas de uma multiplicidade de pontos de vistas, que são parciais, inconclusos e tomam partido. A confrontação dessas parcialidades enriquece a construção histórica.

Bosi (2003) propõe a questão: “Como arrancar do fundo do oceano das idades um ‘fato puro’ memorizado? (p. 19). Será que existem ‘fatos puros’? Negar as relações entre memória e vivência, sujeito e sociedade, entre culturas e entre tempos distintos imobilizaria as narrativas em uma cadeia cronológica do real, e equívocos

históricos, políticos e éticos seriam inevitáveis, pois no passado estaria a verdade a ser resgatada.

As narrativas se constroem por meio da subjetividade própria do sujeito a partir de sua interpretação da subjetividade de seu grupo social e da dimensão subjetiva das realidades históricas. Sua interpretação pode ser justa ou equivocada, o que é fundamental na construção da própria narrativa, na qual não há uma objetividade pretensa, mas sim uma autorreflexão.

Mais que fazer uma crítica este texto pretendeu propor uma reflexão: Quando conseguiremos nos desvencilhar da angústia da dicotomia (certo-errado; bem-mal; ciência-achismo; puro-impuro; e tantos outros isso ou aquilo) impregnada em nós pelo Positivismo e conseguiremos viver melhor com os paradoxos e com uma perspectiva mais cíclica dos acontecimentos? Quando isso acontecer conseguiremos conviver e respeitar a verdade do André e a verdade da Elaine.

Referências

- AMADO, Janaína. O grande mentiroso. *Nossa História*, ano 1, nr.2, dez/2003.
- COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. *Projeto História* 15. Ética e História Oral, abr./1997.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 13-48.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FONSECA, Rubem. *O selvagem da ópera*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- KAISER, Gloria. *Um diário imperial: Leopoldina, Princesa da Áustria, Imperatriz do Brasil, de 1º de dezembro de 1814 a 5 de novembro de 1817*. Rio de Janeiro: Rer, 2005
- PENA, Felipe. *Teoria da biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- POLLAK, Michael. – Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.º 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, vol.1, n.2, 1996.
- _____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História* 15. Ética e História Oral. abril/1997a.
- _____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, n. 14, fev/1997b.
- RODRIGUES, Heliana de B. C. Alucinando Portelli: Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leitor. *Mnemosine*, v. 1, n. 1, 2005.

i Doutoranda e Mestre (2009) em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Psicoterapia de Criança, Casal e Família (2008), em Gestalt-terapia (2006) e Graduada em Psicologia (2003) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Desenvolve pesquisa sobre território, socialidade e subjetividade. Organizadora do livro *Território Verde e Rosa: Construções Psicossociais no Centro Cultural Cartola*, Cia de Freud/Faperj, 2010. Contato: cibelevaz@gmail.com

ii Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988). Pós-Doutora pela Université de Paris V- René Descartes (1992), pela Universidade Federal da Bahia (2000) e pela Universidade Federal Fluminense (2008). Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Construções de cidadania, cuidado de si e saúde com jovens do CENTRO CULTURAL CARTOLA. Autora do livro *Personalidade e cultura: construções do imaginário*, Revan/Faperj, 2003 e organizadora do livro *Território Verde e Rosa: Construções Psicossociais no Centro Cultural Cartola*, Cia de Freud/Faperj, 2010. Contato: reginagna@terra.com.br